

Procedimentos básicos para constituição de uma cooperativa

No Brasil, para se constituir uma cooperativa são necessárias vinte pessoas físicas, conforme Lei 5.764, de 16.12.1971. Essas pessoas precisam ter algum interesse econômico em comum e estar dispostas a constituir um empreendimento próprio, em que cada pessoa tenha apenas um voto e o resultado seja distribuído proporcionalmente à participação de cada cooperado na formação dos resultados.

Para constituir uma cooperativa sugere-se os seguintes procedimentos:

- 1) Reunir um grupo de pessoas interessadas em criar a cooperativa, com as seguintes finalidades:
 - Determinar os objetivos da cooperativa;
 - Escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa, com indicação de um coordenador dos trabalhos.
- 2) Realizar reuniões com todos os interessados em participar da Cooperativa, a fim de verificar as condições mínimas necessárias para a viabilidade administrativa e economia da cooperativa, procurando respostas para os seguintes questionamentos:
 - A necessidade que é sentida por todos os interessados?
 - A cooperativa é a solução mais adequada? Ou uma associação poderia ser o primeiro passo?
 - Já existe alguma cooperativa nas redondezas que poderia satisfazer aos interessados?
 - Os interessados estão dispostos a entrar com o capital necessário para viabilizar a cooperativa?
 - O volume de negócios é suficiente para que os cooperados tenham benefícios?
 - Os interessados estão dispostos a operar integralmente com a cooperativa?
 - A cooperativa terá condições de contratar pessoal qualificado para administrá-la e um contador para fazer a contabilidade da cooperativa, que tem características específicas?

PRÉ-REQUISITOS

- a) Mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas.
- b) Todos os interessados terem condições de usufruir os serviços da Cooperativa, em interesses em comum.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DA COOPERATIVA

1. Reunião com os interessados para definição dos itens abaixo, os quais são necessários à elaboração do estatuto:

1.1. Caracterização da Cooperativa

- denominação da Cooperativa;
- sede da Cooperativa (não especificar a rua mas a cidade);
- área de ação da Cooperativa (especificar os municípios);
- objetivos e programação das ações para alcance dos objetivos;
- valor da quota-parte, tendo em vista o projeto de viabilidade econômica, e os gastos dos primeiros seis meses;
- capital mínimo a ser subscrito por cada associado;
- forma de administração (Conselho de Administração ou Diretoria), número de componentes, denominações dos cargos e respectivas funções, prazo de mandato (máximo de 4 anos), modo de substituição.

1.2. Escolha dos Dirigentes

- membros do conselho de Administração e/ou Diretoria, conforme o previsto no estatuto;
- escolha dos conselheiros fiscais (3 efetivos e 3 suplentes) – mandato de 1 ano;
- pré-requisitos legais para a escolha: serem todos associados e pessoas físicas; inexistência de parentesco entre si, até o 2º grau, em linha reta ou colateral (pais, avós, filhos, netos, irmãos); não serem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

1.3. Coleta dos dados abaixo daqueles que constarão da ata como sócios fundadores:

- nome completo;
- nacionalidade;
- data de nascimento;
- estado civil;
- profissão;
- endereço completo;
- número e órgão emissor da carteira de identidade e CPF (Título de Eleitor não é considerado documento de identidade)

1.4. Fixação da data de constituição da Cooperativa

ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

1. Atos

- aprovação do estatuto;
- eleição dos dirigentes e conselheiros fiscais, preparar a lista com antecedência
- se for o caso, aprovação de honorários para os diretores e as cédulas de presença para os conselheiros pelo comparecimento às respectivas reuniões.

REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL

De acordo com a nova Constituição Brasileira, as sociedades cooperativas não dependem mais de autorização do Governo para funcionar. Assim, após a assembléia geral de constituição da Cooperativa, a diretoria eleita deverá providenciar o seu registro na Junta Comercial do Estado, apresentando os seguintes documentos:

- Três vias do estatuto social aprovado;
- Três vias da ata da assembléia geral de constituição;
- Declaração de idoneidade e não parentesco dos eleitos para diretores e conselheiros;
- Fichas de cadastro nacional, devidamente preenchidas e assinadas;
- Requerimento à Junta Comercial, solicitando registro dos documentos;
- Ficha de inscrição no CGC/MF, devidamente preenchida;
- Após o registro, fazer a inscrição estadual e municipal.